

Tecendo o *Red Power*: uma análise das origens do movimento a partir do *Indian New Deal* e a trajetória de D'Arcy McNickle

Guilherme Gomes dos Santos
Universidade Estadual de Maringá
Maringá - Paraná - Brasil
guilhermegomessantos1995@gmail.com

Resumo: O presente artigo aborda as origens do movimento *Red Power*, vivenciado entre as décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, que se consistiu de uma série de mobilizações indígenas pela autodeterminação. A partir da análise da trajetória do intelectual indígena D'Arcy McNickle, relacionamos a participação dos nativos americanos no *Bureau of Indian Affairs* durante o chamado *Indian New Deal* (1933-45) com a formação de lideranças que, décadas mais tarde, estiveram envolvidas no movimento *Red Power*. Durante o *Indian New Deal*, o BIA foi dirigido pelo fervoroso indigenista John Collier e um aspecto característico do indigenismo defendido por ele era o valor dado ao protagonismo dos próprios nativos. D'Arcy McNickle – assim como vários outros indígenas – trabalhou no BIA ao lado de Collier e foi nesse período que despontou como uma importante liderança. McNickle foi um dos principais articuladores do *National Congress of American Indians* (NCAI), de 1944, e, mais tarde, participou da elaboração da Declaração de Propósito Indígena (*Declaration of Indian Purpose*), apresentada na *American Indian Chicago Conference* (AICC), de 1961, que é considerada um dos marcos iniciais do movimento *Red Power*.

Palavras-chave: *Indian New Deal*. *Red Power*. D'Arcy McNickle.

Introdução

As décadas de 1960 e 1970 constituem um período de grande efervescência no que tange à questão indígena nos Estados Unidos, marcada pela expressiva mobilização de indígenas que protestaram em defesa de seus direitos e autodeterminação. Tal período ficou conhecido como *Red Power*, em clara alusão ao movimento afro-americano *Black Power*, posto que compartilharam o mesmo contexto histórico. O chamado *Red Power* ficou marcado por uma série de mobilizações e protestos de indígenas que repercutiram nacional e internacionalmente, como a ocupação da ilha de Alcatraz (1969); a ocupação indígena do prédio do *Bureau of Indians Affairs* (1972) e a tomada da cidade de *Wounded knee* (1973).

Embora o movimento *Red Power* faça referência à mobilização indígena expressa nos episódios acima descritos, mostraremos que as bases para a sua emergência remontam a várias décadas antes, ao chamado *Indian New Deal*, como ficou conhecido o

período da administração do *Bureau of Indian Affairs* (BIA) pelo fervoroso indigenista John Collier, durante o governo de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945). Esse período foi marcado pela inserção de diversos indígenas como funcionários do BIA, sendo eles participantes de uma série de reformas nas políticas públicas voltadas às populações indígenas do país. Nesse sentido, o *Indian New Deal* representou um tipo de indigenismo que problematiza as interpretações mais recorrentes do fenômeno, como sendo intrinsecamente paternalista, pois um de seus aspectos marcantes foi o protagonismo desempenhado pelos próprios indígenas.

Mostraremos neste artigo como a participação do intelectual indígena D'Arcy McNickle no BIA durante o *Indian New Deal* tornou-se fundamental para o desenvolvimento de sua trajetória intelectual e ativismo político. McNickle foi o redator da declaração do propósito indígena do congresso de Chicago de 1961, que é considerado um dos marcos iniciais do movimento *Red Power* (COBB, 2008).

O *Indian New Deal* e o protagonismo indígena

A nomeação de John Collier como Comissário dos Assuntos Indígenas nos anos 30 marca o início de um contexto de grande singularidade no histórico do tratamento da questão indígena nos Estados Unidos e ocorreu dentro do cenário mais amplo representado pelo governo de Franklin D. Roosevelt. Para se ter uma ideia do quão destoante foi esse momento, vale destacar que F. D. Roosevelt foi o primeiro presidente estadunidense a visitar uma reserva indígena, o que ocorreu em 1936, e tal fato só veio a se repetir 63 anos depois, com Bill Clinton, em 1999 (ZIÓLKOWSKA-BOEHM, 2019).

Mais de uma década antes de assumir a administração do BIA, Collier já atuava na defesa dos direitos dos povos indígenas. Na década de 1920 ele foi um dos principais opositores políticos da aprovação da *Bursum Bill*, um projeto de lei elaborado pelo senador Holm Olaf Bursum, que ameaçava a soberania dos *pueblos* do Novo México, pois visava legalizar a posse das terras de não indígenas que tivessem ocupado terras indígenas antes de 1902 (PHILP, 1977, p. 28).

A atuação de Collier em favor dos indígenas nos anos 20 envolveu também uma defesa explícita do respeito a suas tradições religiosas. Naquela década ele travou fortes embates contra a orientação das políticas empreendidas pelo BIA, principalmente durante governo de Calvin Coolidge (1923-1929), quando grupos protestantes ligados à instituição buscaram proibir práticas culturais e religiosas indígenas que consideravam

imorais. Essa proposta, que teve o respaldo do presidente e do então Comissário dos Assuntos indígenas Charles H. Burke, foi levantada por diversos grupos protestantes que buscaram influenciar a opinião pública estadunidense acerca da suposta imoralidade dos rituais indígenas, especialmente algumas de suas danças e cerimônias religiosas, que eles acusavam como incentivadoras do uso de alucinógenos (PHILP, 1977, p. 56-57).

Uma intervenção pública de John Collier contra tal iniciativa ocorreu em 1923, quando publicou no jornal *The New York Times* um texto intitulado “Indian Dances Defended”, em que criticou a pretensão de grupos religiosos hegemônicos no país de proibir a liberdade religiosa dos grupos indígenas e o apoio que recebiam do BIA. Nesse texto, ele assumiu uma postura radical e provocativa frente a acusação de imoralidade direcionada aos rituais indígenas (COLLIER, 1923, p. 6). Ademais, por seu engajamento em defesa das populações indígenas Collier começou, ainda na década de 1920 a ganhar certa notoriedade pública, sendo inclusive apelidado de “advogado dos índios” (PHILP, 1977).

Além de sua importância política, a figura de John Collier também é interessante por apresentar uma perspectiva sobre o mundo indígena muito destoante da visão mais comum de sua época. O indigenista estadunidense acreditava que a civilização ocidental estava em crise, e isso mesmo antes dos profundos impactos da Crise de 29 e da Segunda Guerra Mundial. Segundo ele, a própria modernidade havia sido degenerada pelo “homem tecnológico” e, portanto, as sociedades tradicionais, especialmente as nativas das Américas, tinham muito a contribuir para o futuro da humanidade, sendo capazes de trazer o “resgate da paixão e da reverência pela personalidade humana”, algo que ele considerava perdido pela civilização ocidental, mas ainda presente entre os povos indígenas. Essa ideia foi desenvolvida por ele no livro *Indians of the Americas*, que publicou em 1947, após deixar o comissariado.

O núcleo das políticas do *Indian New Deal* foi representado pelo Ato de Reorganização Indígena – *Indian Reorganization Act* (IRA), que consistiu em um conjunto de medidas propostas pelo BIA e aprovadas pelo Congresso estadunidense em 1934, que previa, entre outras coisas, garantir a posse comunal das terras indígenas; a escolha dos representantes dos conselhos locais das comunidades nativas de acordo com suas tradições; um sistema de crédito agrícola comunitário, direcionado às comunidades,

não aos indígenas enquanto indivíduos; a capacitação administrativa, profissional e vocacional dos indígenas e sua preferência para a ocupação de cargos no BIA.¹

A partir de seu contato com antropólogos, Collier passou a ter uma progressiva inserção nos meios acadêmicos, frequentando encontros da área e aproximando-se de jovens antropólogos simpáticos à Antropologia Aplicada e dispostos a trabalhar no BIA. Através desse contato, o Comissário conseguiu criar dentro do BIA, em 1936, uma Unidade de Antropologia Aplicada (UAA), que realizou diversos estudos visando encontrar mecanismos para que as políticas do BIA para o desenvolvimento econômico dos grupos indígenas pudessem ser implantadas sem prejudicar suas estruturas culturais tradicionais (KELLY, 1980, p. 10).

A UAA teve uma vida curta, funcionando somente entre 1936 e 1938, quando foi desativada sobretudo por falta de verbas. Contudo, a desativação da Unidade não representou o fim do envolvimento dos antropólogos nas políticas públicas elaboradas pelo BIA, já que Collier continuou a requisitar a expertise antropológica em seus projetos, algo que teve continuidade durante toda a sua gestão como Comissário. Apesar de seu curto funcionamento, a UAA representou um marco na oficialização da Antropologia Aplicada nos Estados Unidos, pois esse era um campo que ainda estava em desenvolvimento na década de 1930 (BLANCHETTE, 2006, p. 34).

Um dos aspectos mais importantes a ser destacado em relação ao IRA de 1934 é que ele garantia o direito de escolha às comunidades indígenas, que poderiam optar por se vincular ou não ao novo conjunto de medidas oficiais. Em cada reserva indígena foi realizada uma votação para determinar a adoção ou não do Ato de Reorganização. Ainda na fase de construção da proposta de lei, Collier visitou diversas reservas indígenas do país a fim de angariar apoio dos próprios nativos a sua proposta de lei. A partir dessas visitas, o Comissário inseriu no projeto inicial diversos pontos para atender as reivindicações dos nativos (BLANCHETTE, 2006, p. 336).

Ademais, a atuação ao lado dos indígenas, e não simplesmente por eles, foi marcante durante o período de seu comissariado no BIA. Durante sua gestão, foi extremamente significativo o número de indígenas empregados pela instituição. Segundo Steven J. Novak (1990), em 1940, dos 5.000 funcionários empregados pelo BIA, 3.000 eram indígenas, totalizando um percentual de 60%. Segundo o mesmo autor, essa cifra não passava de 34% em 1927 (NOVAK, 1990, p. 646).

¹ O texto do *Indian Reorganization Act* encontra-se disponível em: [govinfo.gov/content/pkg/COMPS-5299/uslm/COMPS-5299.xml](https://www.govinfo.gov/content/pkg/COMPS-5299/uslm/COMPS-5299.xml) (Acesso em 23/01/2024)

Esse expressivo aumento da participação indígena no BIA durante a gestão Collier expressa o incentivo dado por ele ao protagonismo dos nativos, especialmente por meio de suas lideranças. Como observa o historiador Philip S. Deloria (1995), durante o comissariado de Collier, “uma geração ou mais de líderes indígenas firmaram o compromisso de trabalhar para o BIA”. Tais líderes buscavam “ajudar seu povo” e encontraram incentivos por parte de Collier e do BIA, ao estimular que “indígenas administrassem seus próprios assuntos” (DELORIA, 1995, p. 197).

Um dos casos mais expressivos do valor dado à participação de indígenas na gestão do BIA durante o *Indian New Deal* e o impacto dessa política na trajetória de lideranças entre os povos nativos pode ser encontrado na figura de D’Arcy McNickle, como abordaremos a seguir.

D’Arcy McNickle e o ativismo indígena

D’Arcy McNickle nasceu em 1904 na reserva indígena *Flathead* (Cabeças Chatas), nome pelo qual os indígenas da etnia *Salish* da cidade de Saint Ignatius, estado de Montana, são comumente referidos. Contudo, embora tenha nascido e vivido ali junto aos *Salish*, McNickle não possuía um vínculo étnico com esse grupo autóctone do território dos atuais Estados Unidos; sua ascendência indígena advinha do tronco familiar materno, sendo sua mãe Philomene Parenteau pertencente a etnia *Cree-Métis*, oriunda do Canadá.

Em meados do século XIX, seu avô materno imigrou com sua família para os Estados Unidos, após serem perseguidos pelo governo canadense por causa da participação em uma revolta indígena (PARKER, 1992, p. 9). Cruzando a fronteira para o país vizinho, o grupo foi acolhido pelos *Salish* e passou a viver como integrante da reserva indígena estadunidense. Apesar de viver entre os *Salish*, Philomene Parenteau não se casou com um indígena, visto que seu pai esperava que a filha se casasse com um branco. Então, ela se casou com um descendente de imigrantes irlandeses chamado William James McNickle, que veio a ser o pai de D’Arcy (PARKER, 1992, p. 10-11).

Com essa ascendência, para todos os efeitos McNickle poderia ser considerado como um mestiço (*mixed-blood*). No entanto, ao nascer e crescer integrado na reserva indígena, ele teve a vida marcada por essa identidade e a utilizou posteriormente como base para desenvolver sua identificação como um intelectual indígena.

A vida de McNickle na reserva *Flathead* foi marcada pelas políticas assimilacionistas e aculturadoras que ditaram a tônica dos Assuntos Indígenas nos Estados Unidos, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX e início do XX. Nessa época, a política oficial estadunidense em relação aos indígenas foi balizada pelo Ato de Loteamento (*Allotment Act*), de 1887, que dividia as terras dentro das reservas em lotes individuais, destruindo os antigos sistemas de posse e produção coletiva das sociedades nativas e dificultando, assim, suas condições de subsistência. O historiador Preston Roberts Jr. (2010) explica que o Ato de Loteamento foi uma “política sistemática de erradicação” das formas de organização social indígena, uma política que “condenou os nativos à vida de dependência” em relação às “rações” estatais, situação que foi usada como “arma” por parte do BIA, que negava a ajuda governamental para os indígenas que se recusassem a abandonar suas culturas (ROBERTS Jr., 2010, p. 8).

Tal política seguida pelos Estados Unidos até as primeiras décadas do século XX unia, de uma forma quase paradoxal, ideias segregacionistas e, ao mesmo tempo, assimilacionistas em relação os grupos indígenas. Estes, inicialmente, foram segregados fisicamente nas reservas indígenas e, em seguida, submetidos a uma “política de erradicação” de suas culturas, o que envolveu o banimento de tudo o que era considerado como “costume indígena”. A ação oficial voltou-se fortemente para a promoção da cultura ocidental entre as crianças indígenas antes mesmo que essas aprendessem as línguas nativas, através de sistemas de educação compulsória que tinham, geralmente, um caráter religioso. As crianças indígenas eram obrigadas a frequentar escolas em regime de internato, fora das reservas, as chamadas *boarding schools*, e ali todo e qualquer elemento que remetia às culturas nativas era condenado e as desobediências punidas inclusive através de castigos físicos (ROBERTS Jr., 2010, p. 8-9).

Como um indígena estadunidense pertencente à reserva dos *Salish*, D’Arcy McNickle foi fortemente impactado por essas políticas públicas. Quando criança, foi enviado para estudar em uma *boarding school*, o que teve um impacto significativo em sua formação humana e formação de sua identidade como indígena (PARKER, 1992, p. 20). Ao se tornar adulto, no entanto, ao contrário da maioria dos indígenas estadunidenses da época, McNickle frequentou centros universitários e espaços de sociabilidade intelectual próprios da cultura dominante.

Em 1921, com 18 anos, iniciou seus estudos de Literatura na *Montana State University*. Sua estada na universidade representou um período de grande desenvolvimento para McNickle e, apesar de suas dificuldades em tirar boas notas para

concluir seu curso, participou do grupo editor da revista literária da instituição, *The Frontier*, na qual publicou trabalhos de poesia e contos. Sobre sua experiência universitária, Dorothy Parker (1992) afirma que

as más notas de D'Arcy na universidade não refletem o seu crescente compromisso com os estudos e com o mundo dos livros. Ao longo da sua vida, ele ensinaria a si próprio as coisas que considerava realmente importantes. A universidade, contudo, ofereceu-lhe uma oportunidade de desenvolver os seus talentos como escritor (PARKER, 1992, p. 24).²

Um ponto bastante interessante dessa afirmação de Parker repousa no caráter quase autodidata da formação de McNickle, que, de fato, foi um aspecto bastante característico de sua trajetória intelectual, embora ele tenha frequentado instituições de ensino formal. Acreditamos que as más notas de McNickle podem estar relacionadas com o tipo de educação que ele recebeu em seus anos iniciais, que, além de compulsória, baseava-se na promoção de uma cultura alheia à cultura indígena na qual ele foi criado. Pensamos que esse pode ter sido um fator que dificultou sua adaptação ao ensino universitário.

Nos anos em que frequentou a Universidade de Montana, McNickle teve como professor Harold G. Merriam, quem o encorajou a expandir os seus horizontes, sugerindo a possibilidade de terminar seu Bacharelado na Universidade de Oxford, na Inglaterra. Ao aceitar a proposta, McNickle vendeu o lote de terra que recebeu do governo, como um membro da reserva dos *salish*, para arcar com as despesas da viagem. Em setembro de 1925, mudou-se para a Inglaterra para terminar seus estudos na renomada instituição inglesa (PARKER, 1992, p. 27-28).

Contudo, após ter conhecimento de que a Universidade de Oxford não aceitaria de forma integral todos os créditos que ele havia cursados na Universidade de Montana para a obtenção de seu diploma e, tendo em vista que suas reservas não seriam suficientes para uma estadia mais longa na Inglaterra, McNickle decidiu desistir de Oxford e estudar por conta própria. Ele buscou manter-se mais um tempo na Europa para explorar algumas possibilidades de estudo informal. Entre o final de 1925 e os primeiros meses de 1926, viveu em Paris onde estudou por conta própria, fazendo cursos de verão em universidades na capital francesa. Logo em seguida, decidiu retornar para os Estados Unidos e tentar a carreira como escritor na cidade de Nova York (PARKER, 1992, p. 29).

² "D'Arcy's poor grades at the university do not reflect his growing commitment to scholarship and to the world of books. Throughout his life he would teach himself those things he considered really important. The university, however, offered him an opportunity to develop his talents as a writer" (PARKER, 1992, p. 24).

Em Nova York, McNickle começou a trabalhar no ramo editorial, primeiro para a *Encyclopaedia Britannica* e para a *E.F. Houghton and Company*. Posteriormente, em 1929, aceitou o cargo de assistente do editor chefe na *James T. White and Company*, pela qual escreveu e editou artigos biográficos, além de supervisionar a revisão para publicações de livros. Esse período consistiu em um momento importante na formação de McNickle enquanto um intelectual indígena. Foi nessa época que ele escreveu sua primeira obra, *The Surrounded*, de forte cunho autobiográfico, o que o levou a começar a estudar a história dos povos indígenas dos Estados Unidos. Depois de diversas tentativas frustradas de publicação de seu primeiro romance, desde 1929, passando por diversas editoras, *The Surrounded* foi finalmente publicado em fevereiro de 1936 pela *University of New Mexico Press* (PARKER, 1992, p. 34; 40-43; 55-56).

Foi precisamente nessa época que McNickle se envolveu no campo das políticas públicas dos Assuntos Indígenas dos Estados Unidos, tornando-se funcionário do BIA. Em uma biografia desse intelectual indígena, a historiadora Dorothy R. Parker (1995) conseguiu mapear, a partir de sua correspondência com antropólogo William Gates no início dos anos 30, o processo que levou “o membro da tribo Flathead de Montana”, como ele costumava se apresentar, a buscar trabalhar com Collier no BIA. De acordo com Parker, “a correspondência [de McNickle com seu amigo, o antropólogo William Gates] mostra sua determinação em fazer o que ele pudesse para conseguir uma vaga de emprego no BIA. Mais especificamente, ele queria trabalhar com John Collier” (PARKER, 1994, p. 66-67).

McNickle mostrava estar ciente sobre parte da trajetória do indigenista, sabia, por exemplo, dos esforços de Collier que, ao lado do senador de Montana Burton K. Wheeler, foi responsável por “proteger” a propriedade indígena da Reserva *Flathead* “contra a proposta de construção de uma represa em seu território, em 1932”. Foi, sobretudo, em razão desse episódio que McNickle “acompanhou com grande interesse o que os jornais contavam sobre a nomeação de Collier como Comissário dos Assuntos Indígenas” e, posteriormente, “sobre sua luta com o Congresso para conseguir aprovar o *Indian Reorganization Act*” (PARKER, 1994, p. 66-67).

Em 1934, pouco tempo após Collier ter assumido seu comissariado, McNickle enviou uma carta ao BIA formalizando um pedido de emprego. Mas, “o escritório de Collier respondeu [ao seu pedido] perguntando sobre suas qualificações para o emprego – ele até podia ser um indígena, mas o que ele estava habilitado para fazer?”. McNickle teria ficado “indignado” com a resposta. Ele tinha conhecimento sobre o que dizia a Seção

12 do IRA, a respeito do *Indian Civil Service*, que previa a contratação de indígenas pelo BIA. Ele compartilhou sua indignação com o amigo Gates, em carta, indagando: “essa seria a tal política de ‘contratar índios’? Tudo bem contratar índios, mas apenas se eles forem ‘qualificados?’”. Então, em um tom irônico e provocativo ele comentou: “se eles [os indígenas] tivessem algum tipo de qualificação, não seria necessário um *Indian Bureau*” (PARKER, 1994, p. 63).

Apesar da indignação manifestada em privado ao amigo, McNickle realmente estava interessado no emprego e buscou “responder ao questionário do BIA da forma mais verdadeira possível”. A respeito da qualificação requerida, ele foi além e “fez uma sugestão concreta por conta própria – já que ele era, afinal de contas, um produto do sistema vigente”. Sabendo que o IRA propunha uma reforma no sistema de educação indígena, ele argumentou: “para haver uma genuína reorganização da educação indígena, não seria interessante usar a experiência derivada de sua relação pessoal, como estudante, dentro do presente sistema de educação indígena em internatos?”. McNickle concluiu seu raciocínio afirmando: “parece que nisso, pelo menos, eu poderia encontrar alguma utilidade para minha experiência, tal qual ela foi” (PARKER, 1994, p. 63).

McNickle buscou convencer o BIA sobre sua “qualificação” para o trabalho na instituição exatamente pelo fato de ter vivenciado na pele as mazelas das antigas políticas oficiais do país para os indígenas. É interessante observar algo: apesar de já ser então um escritor razoavelmente conhecido no cenário nova-iorquino – atuando como assistente do editor chefe do importante grupo editorial James T. White and Company, já tendo publicado diversos poemas e contos e em vias de publicar seu primeiro romance, o que ocorreu no mesmo ano em que foi contratado pelo BIA –, o “o membro da tribo *Flathead* de Montana” não mencionou suas qualificações intelectuais para o cargo, mas sim a sua experiência de vida, aparentemente muito traumática, nas *boarding schools*, voltadas para as crianças indígenas.

Diante disso, pensamos que a figura de D’Arcy McNickle se enquadra bem no conceito de “intelectual indígena” proposto por Claudia Zapata (2008), mesmo que a autora se baseia no contexto latino-americano da expressão. Ela emprega esse termo para elucidar sobre a atuação de “sujeitos de procedência indígena cuja produção intelectual gira em torno do compromisso com seus coletivos culturais de origem”, ou seja, as comunidades indígenas. Ainda segundo Zapata, esses intelectuais se utilizam do “peso das circunstâncias históricas em sua obra e se constituem como sujeitos intelectuais em torno delas”. O intelectual indígena é “um sujeito complexo em termos

sociais e culturais que, entretanto, optou em um momento de sua vida por uma identidade étnica e por um projeto histórico de libertação ao qual busca contribuir com sua escrita” (ZAPATA, 2008, p. 113-114).

McNickle opta pela identidade étnica e isso é algo fundamental em sua trajetória. Sendo descendente de irlandês com uma *métis* – grupo étnico formado pela mestiçagem de indígenas com franceses no Canadá –, poderia ter escolhido uma identidade mestiça, *mixed-blood*, como se usa no inglês. Mas ele se apresentava, em suma, como indígena e buscou, com sua atuação intelectual e com suas publicações e obras, de fato, corroborar para a libertação, sobretudo cultural, dos indígenas em geral, não apenas de sua comunidade de origem. Podemos observar que toda sua atuação se desenvolveu em concordância com sua identidade indígena, ilustrando o fato que sua intelectualidade era indissociável da sua indianidade.³

Em 1936, D’Arcy McNickle foi finalmente contratado pelo BIA como Assistente Administrativo Junior. Inicialmente, sua principal função dentro da instituição foi atuar em contato direto com os grupos indígenas, explicando as implicações do IRA. Posteriormente, ele passou a participar das pesquisas conduzidas pela Unidade de Antropologia Aplicada do BIA. Através desse contato, o intelectual indígena pôde “observar em primeira mão o papel esperado para os antropólogos profissionais, assim como as dificuldades que eles enfrentavam na tentativa de iniciar uma efetiva mudança em direção [à efetivação] do autogoverno” das comunidades indígenas (PARKER, 1994, p. 70).

Através do envolvimento assíduo nas pesquisas de campo realizadas pelo BIA, McNickle se tornou um antropólogo de ofício, e por tal reconhecimento ele recebeu o título honorário de doutor pela Universidade do Colorado, em 1966. Ademais, no decorrer de sua atuação no BIA, McNickle foi gradativamente ocupando a posição de uma importante voz indígena, não apenas nos Estados Unidos, tendo John Collier como incentivador para que isso acontecesse.

Em 1939, Collier montou uma delegação de indígenas, o qual incluía McNickle, dos Estados Unidos para participar de uma conferência no Canadá, promovida por uma parceria entre a Universidade de Toronto e a Universidade de Yale. Além de D’Arcy McNickle, que representou a etnia *Salish*, a delegação enviada por Collier ao congresso incluía indígenas de diversos grupos, como David Owl (Cherokee), Arthur C. Parker

³ A trajetória intelectual de D’Arcy McNickle atualmente é objeto de minha tese de doutorado em História Política pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

(Seneca), Archie Phinney (Nez Perce), Louis Bruce (Mohawk), e Ruth Muskrat Bronson (Cherokee). Posteriormente teve o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado na cidade Pátzcuaro, no México, em 1940, o qual Collier incluiu McNickle na delegação indígena estadunidense (PARKER, 1994, p. 93-94).

D'Arcy McNickle se tornou um dos representantes indígenas de maiores destaques em seu próprio país e, em 1944, tornou-se um dos principais articuladores do *National Congress of American Indians* (NCAI), uma organização para a defesa dos direitos dos povos indígenas que possuía uma grande importância na época e que existe até os dias atuais. Quando o NCAI foi criado, Collier estava para deixar o cargo de Comissário de Assuntos Indígenas e concedeu apoio à criação da organização que teria a frente os próprios indígenas, tendo essa organização como uma forma de dar sequência ao trabalho iniciado durante seu comissariado. Como evidenciado por Charles Trimble (2018), foi por intermédio da gestão de Collier que o projeto do NCAI iniciou, representando uma obra de “estudiosos e líderes indígenas trazidos a bordo [do BIA] por Collier”. De acordo com Trimble, Collier “encorajava o ativismo político por parte dos indígenas empregados pelo BIA e eles [os indígenas] se reuniam periodicamente para discutir assuntos tribais” e a formação de uma “organização indígena nacional” (TRIMBLE, 2018, p. 2).

Sobre a relação de Collier com a instituição, Trimble cita uma fala de Helen L. Peterson, uma indígena Oglala Lakota e ex-diretora do NCAI, que afirmou ter sido através do “suporte de John Collier, que um pequeno grupo de funcionários [indígenas] do Bureau [BIA] viajou de tribo em tribo, em 1944, levando a ideia de uma organização intertribal nacional” (TRIMBLE, 2018, p. 2). Portanto, com o apoio de John Collier, funcionários indígenas do BIA idealizaram o NCAI, que foi fundado oficialmente em novembro de 1944. A fundação da entidade ocorreu a partir da reunião de aproximadamente 80 delegações formadas por 50 tribos e associações oriundas de 27 estados, que se reuniram na cidade de Denver, estado do Colorado, segundo o site oficial da instituição (NCAI, *History*). Embora desde o início a proposta de criação da NCAI tenha recebido apoio de diversas lideranças indígenas de todo o país, os estudiosos destacam que foram os indígenas vinculados ao BIA os grandes idealizadores do projeto. Segundo Thomas W. Cowger (1999), “cerca de 80% dos membros fundadores [da organização] tinham alguma ligação com o BIA” (COWGER, 1999, p. 41).

Contudo, após o fim da gestão de John Collier houve o desmonte das políticas do *Indian New Deal* e a retomada da tônica assimilacionista e aculturadora que

historicamente havia ditado as políticas públicas voltadas aos povos indígenas nos Estados Unidos. Tal contexto ficou conhecido como *Termination Era* e foi em resposta a ele que se mobilizaram as principais organizações e lideranças indígenas do país, o que culminou na *American Indian Chicago Conference*, de 1961, que defendia a autodeterminação indígena em sua Declaração de Propósito (*Declaration of Indian Purpose*), que foi escrita precisamente por D'Arcy McNickle (COBB, 2008).

A Termination Era e a American Indian Chicago Conference

A *Termination Era* marcou as décadas de 1950 e 60 nos Estados Unidos e foi caracterizada pelo ímpeto assimilacionista e aculturador contra as culturas indígenas. A palavra *termination*, no inglês, remete às noções de término, conclusão ou rescisão, sentido que expressa o ideal das políticas públicas voltadas aos grupos indígenas naquela época, quando se almejava exatamente o término definitivo da questão indígena, através da supressão das especificidades culturais dessas populações.

O pós-Guerra e início da Guerra Fria lançou as bases para a restauração do paradigma assimilacionista pelo BIA. Parte desse ímpeto pode ser explicado pelo impacto indireto da questão racial negra, que passou também a ditar a tônica da relação com os indígenas naquele país. Como destaca o historiador indígena Vine Deloria Jr. (2006), de forma indireta, a lógica do “movimento em rápida escalada para que os afro-americanos recebessem plenos direitos de cidadania”, que passou a ganhar força no cenário nacional em meados dos anos 50, “ameaçava engolir os indígenas em uma sociedade determinada a assimilá-los”. Naquela conjuntura, “os indígenas pareciam antiquados e reacionários quando expressavam o desejo de viver separados do resto da sociedade americana em suas comunidades rurais” (DELORIA Jr., 2006, p. 11).

O ímpeto pela completa assimilação dos indígenas ganhou espaço durante a gestão de Dillon Myer no BIA. No início dos anos 50, o Comissário Myer enviou uma comunicação oficial para que os agentes indígenas nas reservas preparassem as tribos para o fim de seus benefícios e proteções federais. Em 1953, o Congresso sinalizou que os índios seriam “libertados” do governo federal o mais rápido possível. Como observa Deloria Jr., com a maioria republicana no controle do Congresso, não demorou para que as reservas fossem desvinculadas das garantias anteriormente oferecidas pelo governo federal através do BIA (DELORIA Jr., 2006, p. 11).

Além do novo cenário nacional, as políticas da *Termination Era* também tiveram uma forte relação com o contexto geopolítico internacional. Como destaca Edward Charles Valandra (2006), a Doutrina Truman, em sua busca pela contenção do comunismo dentro do cenário da Guerra Fria, acabou por criar uma atmosfera de histeria na qual “cada pessoa, movimento, ou cultura que não se encaixasse na ‘norma americana’”, entendida como “o modo de vida do livre mercado”, era visto como “uma ameaça interna para a sociedade” (VALANDRA, 2006, p. 22-23).

Valandra mostra como essa atmosfera impactou os grupos indígenas dos Estados Unidos, principalmente a partir da ação de figuras como a do congressista republicano Ellis Yarnal Berry (1902-1999), “um ultraconservador e ardente opositor de todas as formas de autodeterminação nativa”, que foi um dos principais defensores da *Termination Era* no Congresso. Como destaca Valandra, Ellis Berry, “tinha plena consciência de que as relações entre brancos e negros moldavam a compreensão dos problemas raciais da esmagadora maioria dos estadunidenses”, então, de forma astuta, passou a denunciar a suposta hipocrisia daqueles que defendiam a igualdade para os negros e se opunham ao viés aculturador da nova política em relação aos indígenas (VALANDRA, 2006, p. 23-24).

Nesse novo contexto, as políticas indigenistas criadas durante o *Indian New Deal* passaram a ser mais duramente contestadas como expressões do “comunismo”, o que se acentuou sobretudo na década de 50, durante o Macarthismo. Como mostra Priece (2004), durante esse período, boa parte da desconfiança dos conservadores foi colocada sobre questões que envolviam a problemática racial, o que levou os “cruzados anticomunistas” a se voltarem contra os “antropólogos ativistas”, que passaram a ser vistos como “inimigos do Estado” e da ordem econômica capitalista. O fato de muitos desses antropólogos estarem envolvidos na administração pública os transformou em “alvos fáceis” da perseguição anticomunista (PRICE, 2004, p. 257).

Em resposta a todo esse contexto, a *American Indian Chicago Conference*, realizada em 1961, defendia a autodeterminação indígena. A Conferência ocorreu na Universidade de Chicago e reuniu cerca de 500 indígenas vindos de quase uma centena de comunidades e teve como um de seus organizadores o antropólogo Sol Tax, reconhecido por seus estudos sobre os indígenas mesoamericanos e principalmente como um dos principais nomes da chamada Antropologia de Ação, vertente antropológica que buscava atuar em prol dos interesses e reivindicações dos grupos estudados, vistos como protagonistas das

transformações sociais por eles almeçadas, e que, além, disso buscava fomentar a participação ativa destes como co-pesquisadores sociais (BADAJOZ, 2022).

Em dezembro de 1960, após participar de uma reunião do *National Congress of American Indians* (NCAI) –que havia sido fundado na década de 1940 sob a liderança de indígenas que trabalhavam no BIA durante a gestão de Collier –, Sol Tax propôs a D’Arcy McNickle e os demais membros da organização que fosse organizada uma conferência na qual os indígenas pudessem manifestar suas reivindicações políticas em meio ao terrível cenário da *Termination Era*. A proposta foi aceita pelo NCAI, que iniciou uma intensa mobilização dos grupos indígenas para o evento, que veio a culminar na Conferência de Chicago, em 1961 (COBB, 2008, p. 31).

Apesar da proposta para a realização da conferência ter vindo de Tax, a organização do evento foi marcada pelo protagonismo indígena. Como destaca o historiador Daniel M. Cobb (2008), “o NCAI acolheu a proposta de Sol Tax porque ela idealizou um empreendimento que pertencia aos indígenas” e os trabalhos para a conferência ficaram quase que exclusivamente a cargo destes. Segundo Cobb, “eles [os indígenas] dirigiram a reunião preliminar, orquestraram a conferência, presidiram os comitês e redigiram a *Declaration of Indian Purpose*” (COBB, 2008, p. 31).

A Declaração foi preparada por D’Arcy McNickle a partir da contribuição de diversos indígenas durante a Conferência. Segundo Cobb (2008), esse documento foi o marco de “início do movimento pan-tribal moderno pela autodeterminação” (COBB, 2008, p. 31). Esse movimento, que se fortaleceu nas décadas seguintes, é comumente denominado de *Red Power*, em alusão ao movimento negro ocorrido no mesmo contexto histórico. O texto da Declaração de Propósito Indígena, resultante da Conferência de Chicago de 1961, pode ser entendido como um manifesto de resistência às políticas assimilacionistas ditadas durante a *Termination Era*, como se pode observar no trecho abaixo:

Nós, indígenas, devemos ser regidos por elevados princípios e leis de uma forma democrática, com o direito a escolher o nosso modo de vida. Visto que nossa cultura indígena está lentamente sendo absorvida pela sociedade americana, acreditamos que temos a responsabilidade de preservar o nosso precioso patrimônio [cultural] [...]. Acreditamos no direito inerente a todas as pessoas de reter valores espirituais e culturais, e que o livre exercício desses valores é necessário para o desenvolvimento natural de qualquer pessoa. [...] Nós recomendamos urgentemente que a organização atual do BIA seja revista e que certos princípios sejam considerados, não importa qual seja a mudança organizacional necessária para tal. O princípio básico envolve o desejo por parte dos índios de participar do desenvolvimento de seus próprios programas com a ajuda e orientação, quando necessário e requisitada, de uma equipe

técnica e administrativa, descentralizada e preferencialmente estabelecida em um local conveniente para as pessoas que atende (AICC, 1961, [s.p.]).⁴

Além da defesa da cultura indígena, um elemento importante que se pode observar na Declaração é que ela cobra a revisão da atuação do BIA, reivindicando uma postura que se assemelha muito à ação da instituição na época do *Indian New Deal*. Quando Collier encabeçou o BIA, de fato os indígenas participaram da elaboração dos programas governamentais voltados a eles e foram apoiados por equipes técnicas, entre as quais estiveram inclusive vários antropólogos. Portanto, a Declaração de Propósito Indígena, resultante da Conferência de Chicago, de 1961, formulada durante o auge da *Termination Era*, também pode ser lida, em grande medida, como uma reivindicação indígena pelo retorno de políticas como as do *Indian New Deal*.

Considerações finais

No presente artigo, analisamos alguns fatores que problematizam o movimento *Red Power* como algo circunscrito à década de 1970, partindo de um prisma mais amplo, que remonta à participação indígena, principalmente de D'Arcy McNickle, no *Indian New Deal* encabeçado pelo indigenista John Collier nas décadas de 1930 e 1940. Em nossa análise, buscamos evidenciar que um traço bastante marcante do *Indian New Deal* foi o valor dado ao protagonismo indígena, aspecto que se demonstra bastante evidente ao analisarmos parte da trajetória de D'Arcy McNickle, que se tornou uma importante liderança indígena, atuando efetivamente em grandes marcos para a autodeterminação indígena nos Estados, como a fundação do NCAI, em 1944, e a *American Indian Chicago Conference*, em 1961.

Ademais, ao analisarmos a trajetória de D'Arcy McNickle e o seu envolvimento com o *Indian New Deal*, apresentamos um importante aspecto acerca do indigenismo e

⁴ "We, the indian people, must be governed by high principles and laws in a democratic manner, with a right to choose our own way of life. Since our indian culture is slowly being absorbed by the American society, we believe we have the responsibility of preserving our precious heritage [...] we believe in the inherent right of all people to retain spiritual and cultural values, and that the free exercise of these values is necessary to the normal development of any people [...] We most urgently recommend that the present organization of the Bureau of Indian Affairs be reviewed and that certain principles be considered no matter what the organizational change might be. The basic principle involves the desire on the part of Indians to participate in developing their own programs with help and guidance as need and requested, from a decentralized technical and administrative staff, preferably located conveniently to the people it serves" (AICC, 1961, [s.p.]).

que vai de encontro às interpretações mais recorrentes acerca deste, não raro entendido enquanto uma intervenção paternalista, já que, para todos os efeitos, consistiria em um discurso de não-indígenas a respeito desses, no qual os povos autóctones seriam apenas objetos. Como destacado por Laura Giraudó (2017), essa visão hegemônica acerca do indigenismo é limitada e não permite “reabilitar [...] o papel de sujeitos competentes que foi desempenhado por um conjunto significativo de *indígenas indigenistas* nas primeiras décadas da constituição do indigenismo como campo social interamericano” (GIRAUDO, 2017, [s./p.]. Grifo nosso).⁵

Acreditamos que a trajetória intelectual de D’Arcy McNickle é bastante ilustrativa da relação apontada por Laura Giraudó, uma vez que foi, em grande medida, por intermédio de sua participação no *Indian New Deal* que McNickle pôde despontar como uma importante liderança indígena dos Estados Unidos. Nesse sentido, o indigenismo liderado por John Collier à frente do BIA foi essencial para a sua constituição enquanto um intelectual e ativista indígena.

WEAVING THE RED POWER: AN ANALYSIS OF THE ORIGINS OF THE MOVEMENT BASED ON THE INDIAN NEW DEAL AND THE TRAJECTORY OF D’ARCY MCNICKLE

Abstract: This article examines the origins of the Red Power movement, which took place between the 1960s and 1970s in the United States and consisted of a series of Indigenous mobilizations for self-determination. By analyzing the trajectory of Indigenous intellectual D’Arcy McNickle, we link the participation of Native Americans in the Bureau of Indian Affairs (BIA) during the so-called Indian New Deal (1933-45) with the formation of leaders who, decades later, were involved in the Red Power movement. During the Indian New Deal, the BIA was directed by the fervent indigenist John Collier, and a characteristic aspect of the indigenism he advocated was the value placed on the protagonism of the Natives themselves. D’Arcy McNickle—like many other Indigenous people—worked at the BIA alongside Collier, and it was during this period that he emerged as an important leader. McNickle was one of the main organizers of the 1944 National Congress of American Indians (NCAI) and later participated in drafting the Declaration of Indian Purpose, presented at the 1961 American Indian Chicago Conference (AICC), which is considered one of the initial milestones of the Red Power movement.

Keywords: Indian New Deal. Red Power. D’Arcy McNickle.

⁵ “rehabilitar [...] el papel de sujetos competentes que desempeñó un conjunto significativo de indígenas indigenistas en las primeras décadas de la constitución del indigenismo como campo social interamericano” (GIRAUDO, 2017, [s./p.]. Grifo nosso).

GESTANDO EL RED POWER: UN ANÁLISIS DE LOS ORÍGENES DEL MOVIMIENTO A PARTIR DEL INDIAN NEW DEAL Y LA TRAYECTORIA DE D'ARCY McNICKLE

Resumen: El artículo analiza los orígenes del movimiento *Red Power*, una serie de movilizaciones indígenas por autodeterminación, que ocurrió en las décadas de 1960 y 1970 en los Estados Unidos. Desde el estudio de la trayectoria del intelectual indígena D'Arcy McNickle, presenta la relación de la participación de nativos americanos en el *Bureau of Indian Affairs* (BIA) durante el *Indian New Deal* (1933-45) con la formación de liderazgos que, décadas después, estuvieron implicados en dicho movimiento. Durante el *Indian New Deal*, el BIA estuvo bajo la dirección del fervoroso indigenista John Collier, quien llevó a cabo una política caracterizada por fomentar el protagonismo de los nativos americanos. D'Arcy McNickle – así como muchos otros indígenas – trabajó junto a Collier en el BIA y, en ese periodo, se despuntó como un reconocido liderazgo. En aquella época, se destacó como uno de los promotores del *National Congress of American Indians* (NCAI), en 1944, y, años después, como organizador de la *American Indian Chicago Conference* (AICC), de 1961, cuya Declaración de Propósito Indígena (*Declaration of Indian Purpose*) estuvo en la base del movimiento *Red Power*.

Palabras clave: *Indian New Deal*. *Red Power*. D'Arcy McNickle.

Referências

BADAJÓZ, Ricardo Aarón Verona. Activismo antropológico de la antropología aplicada del Proyecto Perú-Cornell a la posibilidad de una investigación acción. **Revista de Pensamiento Crítico Aymara**, Puno, Perú, v.4, p. 8-17, 2022.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. **Cidadãos e Selvagens: Antropologia Aplicada e Administração Indígena nos Estados Unidos, 1880-1940**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ, 2006, (Tese de Doutorado), 547 p.

COLLIER, John. Indian dances defended. **The New York Times**, Nova York, 2 de dezembro de 1923, p. 8. Disponível em: <https://www.nytimes.com/>. (Acesso: 23/07/2023).

COWGER, Thomas W. **The National Congress of American Indians: the founding years**. University of Nebraska Press, Lincoln, Londres, 1999.

DELORIA, Philip S. The era of Indian self-determination: an overview. In: **Indian Self Rule First Accounts of Indian-White Relations from Roosevelt to Reagan**. Logan: Utah State University Press, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt46nr85>. (Acesso em: 08/07/2023).

DELORIA Jr., Vine, Prefácio. In VALANDRA, Edward Charles. **Not without our consent: Lakota resistance to termination, 1950-59**. University of Illinois press, Chicago, 2006.

GIRAUDO, Laura. Un campo indigenista transnacional y casi profesional: la apertura en Pátzcuaro (1940) de un espacio por y para los indigenistas. GIRAUDO, Laura;

SÁNCHEZ, Juan Martín. **La ambivalente historia del indigenismo**: campo interamericano y trayectorias nacionales, 1940-1970. Lima: IEP, p. 21-98, 2011.

GIRAUDO, Laura. “Soy indígena e indigenista”: repensando el indigenismo desde la participación de algunos, no tan pocos indígenas. In: SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos (org.). **Protagonismo Ameríndio de Ontem e Hoje**. Paco editorial, Jundiaí, São Paulo, 2017.

SANTOS, Guilherme Gomes dos. **O indigenismo de John Collier na revista *América Indígena*: órgão trimestral del Instituto Indigenista Interamericano (1941-1963)**. Maringá, PR, 2021.

KELLY, Lawrence C. Anthropology and anthropologists in the Indian New Deal. **Journal of the History of the behavioral sciences**, Hoboken, v.16, p. 6-24, 1980.

NOVAK, Steven J. The Real Takeover of the BIA: The Preferential Hiring of Indians. **The Journal of Economic History**. Irvine, v. 50, n. 3, p. 639-654, 1990.

PARKER, Dorothy R. **Singing and Indian song**: a biography of D’Arcy McNickle. Lincoln: University of Nebraska Press, 1992.

PRICE, David H. Threatening Anthropology: McCarthyism and the FBI’s surveillance of activist anthropologists. Durham, Duke University Press, 2004.

ROBERTS Jr., Preston. The Indian New Deal: and why it was needed. Tampa, Pro Seminar, University of South Florida, 2010. Disponível em: <http://legacy.usfsm.edu/academics/cas/capstone/2009-2010/history/roberts%20%20the%20indian%20new%20deal%20and%20why%20it%20was%20needed.pdf?from=404> (Acesso em 10/03/2019).

TRIMBLE, Charles. Honoring the past. Convenção anual do NCAI, 23 de outubro de 2018. Disponível em: https://www.ncai.org/conferences-events/ncaievents/Honoring_the_Past.pdf. Acesso em: 07/03/2020.

VALANDRA, Edward Charles. Not without our consent: Lakota resistance to termination, 1950-59. Chicago, University of Illinois press, 2006.

ZAPATA, Claudia. Los intelectuales indígenas y el pensamiento anticolonialista. **Discursos/prácticas**, Santiago, n.2, p. 113 -140, 2008.

ZIÓLKWSKA-BOEHM, Aleksandra. Feridas abertas – as reservas indígenas nos Estados Unidos. Seleção de fragmentos e tradução por Tomasz Lychowski. **Latinidade: Revista do Núcleo de Estudos das Américas**, Rio de Janeiro, vol. 11, nº 2, julho – dezembro de 2019, p. 57-68. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/latinidade/article/view/50118/33179>. Acesso em: 01/02/2021.

SOBRE O AUTOR

Guilherme Gomes dos Santos é doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); docente da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR).

Recebido em 31/03/2024

Aceito em 17/05/2024